

Deutsche Bank Brasil

**Demonstrações financeiras em
IFRS em 31 de dezembro de
2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

Aos Acionistas e Administradores do
Deutsche Bank S.A - Banco Alemão
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A - Banco Alemão ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A - Banco Alemão acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 23 de março de 2018.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que as auditorias realizadas de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Deutsche Bank Brasil

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo		31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	17	4.320.954	1.957.075
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	18	978.179	2.115.448
Instrumentos de dívida		772.998	1.401.090
Instrumentos financeiros derivativos		205.181	714.358
Empréstimos e recebíveis	19	1.302.127	1.660.551
Créditos a clientes		1.310.552	1.665.130
Redução ao valor recuperável		(8.425)	(4.579)
Ativo tangível	20	7.800	13.633
Créditos tributários		263.149	238.440
Ativos tributários correntes		52.920	28.191
Ativos tributários diferidos	22	210.229	210.249
Outros ativos	23	765.115	907.938
Total do ativo		7.637.324	6.893.085
Passivo e patrimônio líquido			
Passivos financeiros		5.229.258	4.347.646
Depósitos de instituições financeiras	24	206.077	377.089
Depósitos de clientes	25	2.971.061	1.728.837
Empréstimos e financiamentos	26	1.932.146	1.694.550
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	27	119.974	547.170
Provisões		556.665	772.785
Provisões	28	313.348	313.106
Outros passivos	29	243.317	459.679
Passivos fiscais		245.445	209.732
Passivos fiscais - correntes	22	245.445	209.732
Patrimônio líquido		1.605.956	1.562.923
Capital	31	996.551	996.551
Reservas	31	619.100	639.593
Ajuste ao valor de mercado - tvn e derivativos	31	(9.695)	(5)
Prejuízo acumulado do exercício	31	-	(73.216)
Total do passivo		7.637.324	6.893.085

Deutsche Bank Brasil

Demonstrações dos resultados

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras		1.116.318	6.677.440
Despesas Financeiras		(976.119)	(6.096.892)
Margem Financeira	6	140.199	580.548
Receitas de serviços e comissões		175.553	149.582
Despesas com serviços e comissões		(12.402)	(30.011)
Resultado Líquido de serviços e comissões	7	163.151	119.571
Resultado de instrumentos financeiros	8	(16.550)	229.642
Ganhos ou perdas com instrumentos financeiros	9	112.832	(484.823)
Resultado de instrumentos financeiros		96.282	(255.181)
Resultado de redução ao valor recuperável		(4.030)	5.382
Despesas com pessoal	10	(160.247)	(238.186)
Depreciação e amortização	11	(6.630)	(7.826)
Outras receitas/despesas	12	(8.308)	(53.056)
Despesas Tributárias	13	(21.132)	(27.210)
Outras despesas administrativas	14	(66.606)	(98.021)
Resultado antes do imposto		132.679	26.021
Impostos corrente e diferido	15	(61.634)	(37.820)
Resultado Líquido do exercício		71.045	(11.799)
Quantidade de ações		801.494.530	801.494.530
Prejuízo / Lucro por ação R\$	16	0.04	0.01

Deutsche Bank Brasil

Demonstrações dos resultados abrangentes

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado Líquido do exercício	71.045	(11.799)
Resultado abrangente total no exercício	71.045	(11.799)

Deutsche Bank Brasil

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros / Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>996.551</u>	<u>774.627</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.771.178</u>
Resultado do exercício	-	-	-	(11.799)	(11.799)
Outras reservas (nota 31.b)	-	(60.034)	-	10.083	(49.951)
Ajuste Patrimonial	-	-	(5)	-	(5)
Dividendos	-	(75.000)	-	-	(75.000)
Juros sobre o capital proprio (nota 31.d)	-	-	-	(71.500)	(71.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>996.551</u>	<u>639.593</u>	<u>(5)</u>	<u>(73.217)</u>	<u>1.562.923</u>
Resultado do exercício	-	-	-	71.045	71.045
Outras reservas (nota 31.b)	-	(20.494)	-	2.172	(18.322)
Ajuste Patrimonial	-	-	(9.690)	-	(9.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>996.551</u>	<u>619.099</u>	<u>(9.695)</u>	<u>-</u>	<u>1.605.956</u>

Deutsche Bank Brasil

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	2.379.402	65.960
Lucro líquido do exercício	71.045	(11.799)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	(28.087)	(9.042)
Despesas de depreciação e amortização	6.630	7.826
Despesas com provisões fiscais e previdenciárias	22.214	24.475
Provisão para redução a valor recuperável	4.030	(5.382)
Variação nos resultados de exercícios futuros	672	1.858
Imposto diferido	(61.633)	(37.820)
Instrumentos de dívida	628.092	500.528
Instrumento de Patrimônio	-	4.693
Crédito Tributário	24.709	54.602
(Aumento)/redução de créditos a clientes	354.578	2.518.924
Outros Ativos	142.823	1.450.012
Outros passivos	(216.362)	(918.665)
Provisões	(21.972)	(54.982)
Depósitos de clientes	1.242.224	(841.530)
Depósitos de instituições financeiras	(171.012)	172.878
Empréstimos e financiamentos	241.626	(3.432.168)
Instrumentos Financeiros Derivativos	81.982	811.996
Passivo tributário	29.756	(179.486)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(5.833)	9.988
Baixa de ativo tangível	(5.833)	8.187
Baixa de ativo intangível	-	1.801
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(9.690)	(196.505)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(196.500)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Instrumentos financeiros derivativos	(9.690)	(5)
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	2.363.879	(120.557)
Início do exercício	1.957.075	2.077.632
Fim do exercício	4.320.954	1.957.075
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.363.879	(120.557)

Índice das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1.	Contexto Operacional	13
2.	Base de elaboração	13
	a) Declaração de conformidade	13
	b) Base de mensuração	13
	c) Moeda funcional e de apresentação	14
	d) Uso de estimativas e julgamentos	14
3.	Políticas contábeis significativas	14
	a. Base de consolidação	14
	b. Moeda estrangeira	14
	c. Juros	15
	d. Serviços e comissões	15
	e. Resultado de instrumentos financeiros para negociação	16
	f. Resultado de outros instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado	16
	g. Dividendos	16
	h. Despesa de imposto de renda e contribuição social	16
	i. Instrumentos financeiros	17
	j. Caixa e equivalentes de caixa	19
	k. Ativos e passivos para negociação	20
	l. Derivativos mantidos para fins de administração de riscos	20
	m. Empréstimos e recebíveis	21
	n. Ativos tangíveis	21
	o. Ativos intangíveis	22
	p. Outros Ativos	22
	q. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	22
	r. Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados	23
	s. Provisões	23
	t. Garantias financeiras	23
	u. Benefícios aos empregados	24
	v. Lucro por ação	24
	w. atos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados	24
4.	Uso de estimativas e julgamentos	25
5.	Ajustes para as IFRS	27
6.	Margem financeira	30
7.	Resultado líquido de serviços e comissões	30
8.	Resultado de instrumento financeiros derivativos	31

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

9.	Ganhos ou (perdas) com instrumentos financeiros	31
10.	Despesas de pessoal	31
11.	Depreciação e amortização	31
12.	Outras receitas e despesas	32
13.	Despesas tributárias	32
14.	Outras despesas administrativas	33
15.	Despesas de imposto de renda e contribuição social	33
16.	Lucro por ação	35
17.	Caixa e equivalentes de caixa	35
18.	Ativos financeiros	35
19.	Empréstimos e recebíveis	37
20.	Ativos tangíveis	39
21.	Ativos intangíveis	39
22.	Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos:	39
23.	Outros ativos	41
24.	Depósitos de instituições financeiras	42
25.	Depósitos de clientes	42
26.	Empréstimos e financiamentos no exterior	43
27.	Instrumentos financeiros derivativos - passivo	43
28.	Provisões	44
29.	Outros passivos	44
30.	Ativos e passivos contingentes	44
31.	Patrimônio líquido	47
32.	Transações com partes relacionadas	48
33.	Benefícios a empregado	50
34.	Gerenciamento de riscos financeiros	51
	Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito	54
	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito	55
	Monitoramento do Risco de Crédito	55
	Classificação do Risco de Crédito	55
	Comunicação Interna do Risco de Crédito	56
	Detalhamento do Risco de Crédito	57
	Risco de Contraparte	57
	Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.233/04	57
	Mitigadores do Risco de Crédito	58

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”) com sede em São Paulo, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

Ainda em linha com o novo planejamento estratégico global do Deutsche Bank, denominado “Estratégia 2020”, foi aprovado, em 14 de março de 2016, um novo plano de negócios para o Deutsche Bank Brasil. Considerando esse novo modelo de negócios, houve redução das atividades do Deutsche Bank Brasil, notadamente em relação as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e arbitragens de câmbio. Como parte dessa estratégia em 01 de dezembro de 2016 o Banco incorporou a sua controlada Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A, cujo patrimonio liquido contábil representava na data R\$ 207.867 e encerrou as atividades de sua Agência no exterior - Uruguai durante o exercício de 2017.

2. Base de elaboração

a) Declaração de conformidade

No âmbito da Resolução CMN nº 3786, as demonstrações financeiras do Banco estão sendo preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2018.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram as primeiras a serem elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2011 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura).

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade de negócios. A administração não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo.
- Instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado.
- Ativos e passivos financeiros reconhecidos e designados como objetos de hedge de valor justo em relacionamentos qualificados como hedge accounting, mensurados pelo valor justo em relação ao risco protegido.
- Passivos de planos de benefícios definidos, mensurados como o valor presente das obrigações atuariais menos o total líquido dos ativos do plano, mais os ganhos atuariais não reconhecidos, menos os custos dos serviços passados e perdas atuariais não reconhecidas.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) de acordo com a moeda funcional do Banco.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Em particular, informações sobre incertezas em estimativas de áreas significativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que possuem o maior efeito significativo nos saldos registrados nas demonstrações financeiras estão descritas na Nota Explicativa nº 4.

3. Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

a. Base de consolidação

Empresas		Método de		
Entidades financeiras no Exterior	Atividade	consolidação	2017	2016
Deutsche Bank - Uruguay Branch (*)	Agência no exterior	Integral	100%	100%

(*) **Subsidiárias:** São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até ao momento em que esse controle cessa.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio, para as respectivas moedas funcionais em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

(ii) Operações no exterior

Os ativos e os passivos de operações no exterior, inclusive o ágio e os ajustes do valor justo provenientes de aquisição, são convertidos em Reais pelas taxas cambiais em vigor na data da demonstração. As receitas e as despesas de operações no exterior, são convertidas em Reais pelas taxas cambiais vigentes nas datas das transações.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas nas demonstrações do resultado, na rubrica de receitas e despesas financeiras, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e as despesas de juros apresentadas nas demonstrações de resultados incluem:

- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, com base em taxa efetiva de juros;
- Juros em títulos de investimento disponíveis para venda, com base em juros efetivos;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em um *hedge* de fluxo de caixa, se o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividade do *hedge*) e nos itens protegidos quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas nas demonstrações dos resultados na rubrica de resultado de instrumentos financeiros para negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas nas demonstrações do resultado na rubrica resultados de instrumentos financeiros para negociação.

d. Serviços e comissões

As receitas de serviços e comissões, exceto as incidentes sobre um ativo ou passivo financeiro as quais são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

e. Resultado de instrumentos financeiros para negociação

O resultado de instrumentos financeiros para negociação inclui os ganhos e as perdas relacionados com os ativos e os passivos financeiros mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas ou a realizar de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

f. Resultado de outros instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado

O resultado de instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros contabilizados por seus valores justos no resultado, e inclui todas as alterações do valor justo, dos juros, dos dividendos e das diferenças cambiais, realizados ou a realizar e são apresentados em resultados de instrumentos financeiros de negociação.

g. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento do respectivo valor.

h. Despesa de imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda compreende impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida nas demonstrações dos resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no patrimônio; nesse caso, é reconhecida no patrimônio.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos.

Em outubro de 2015, a Medida Provisória nº 675/15 foi convertida na Lei nº 13.169/15, a qual aumenta a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Portanto, até 31/08/15, a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda e a partir de 01/09/15 à alíquota de 20%, em conformidade com o definido na lei citada acima.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provêm da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento

Inicialmente, o Banco reconhece os empréstimos e os adiantamentos, os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo ativos e passivos designados a valor justo no resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Banco vem a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo, ou quando se transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação em que é transferida parte significativa dos riscos e dos benefícios da propriedade do ativo financeiro. Qualquer direito ou obrigação de ativos financeiros transferidos, que seja criado ou retido pelo Banco, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são atendidas, canceladas ou expiradas.

Quando os ativos são vendidos a terceiros com troca simultânea total da taxa de retorno dos ativos transferidos, a transação é contabilizada como uma transação de financiamento com seguro, similar a transações de recompra.

Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo enquanto permanecer o seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

Em certas transações de transferência de ativos é mantida a obrigação de prestar serviços em troca da cobrança de uma tarifa. Um ativo ou um passivo é reconhecido pelos direitos do serviço prestado quando o valor cobrado pelo serviço cobre os custos (um ativo) ou se foi inferior para realizar o serviço (um passivo).

Também são baixados os ativos quando considerados incobráveis (vide Nota Explicativa nº 4).

(iii) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser compensados e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, somente quando, o Banco possui legalmente o direito de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas, ou de realizar os ativos e acertar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis ou oriundas de um Banco de transações similares, tais como as da atividade de negociação do Banco.

(iv) Avaliação pelo custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do reconhecimento inicial, com a adição ou dedução da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções ao valor recuperável.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

(v) Avaliação ao valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições normais de mercado, na data da avaliação.

A determinação dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, normalmente um aumento, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida nas demonstrações dos resultados, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se observáveis.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação não podem refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

(vi) Avaliação de risco de contraparte

O Banco apura o *Debt Valuation Adjustment* (DVA) que é a avaliação de derivativos em que o Banco incorpora o seu próprio risco de default/ou risco de crédito. Esta prática é feita para refletir o fato de que uma contraparte informada deveria ajustar-se ao risco de default da entidade ao avaliar um negócio.

(vii) Identificação e avaliação de redução ao valor recuperável

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo apresentam redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando evidências objetivas demonstram que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo e que a perda teve um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

O Banco considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados são avaliados coletivamente para detectar qualquer redução ao valor recuperável incorridos, porém ainda não identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo títulos de capital) possuem redução ao valor recuperável podem incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento ou adiantamento pelo Banco em termos em que este não aceitaria em outra situação, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a não-existência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um grupo de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores ou emitentes no grupo, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências no grupo.

O Banco utiliza ferramentas globais de avaliação de crédito, através das quais são atribuídos os ratings internos para cada cliente, sendo estes utilizados no cálculo das provisões de acordo com os critérios de políticas globais. As provisões são divididas basicamente entre provisões específicas conhecidas como *Loan Loss Provision* ("LLP") e provisões genéricas, conhecidas como *General Valuation Allowance* ("GVA"). Esse processo está apoiado nas avaliações feitas pelo *Credit Risk Management* ("CRM") de cada localidade, o qual considera, entre outras características, as expectativas de geração de caixa futuro.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza modelagens estatísticas de tendências históricas da probabilidade de inadimplência, prazos de recuperação e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente comparados com os resultados reais para assegurar que continuem válidas.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas as taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão de perdas. Os juros do ativo com redução ao valor recuperável continuam sendo reconhecidos enquanto existir a perspectiva de recebimento.

(viii) Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

O Banco tem classificado ativos e passivos financeiros a valor justo no resultado quando ocorre uma das situações abaixo:

- Os ativos ou passivos são administrados, avaliados e relatados internamente com base no valor justo;
- A classificação elimina ou reduz significativamente um descasamento que de outra forma poderia ocorrer; ou
- O ativo ou passivo contém um derivativo embutido que modifica significativamente os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos pelo contrato.

j. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em caixa, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais não superiores a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As disponibilidades são contabilizadas no balanço pelo custo amortizado.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

k. Ativos e passivos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são mantidos pelo Banco com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação nas demonstrações do resultado do exercício, na rubrica resultado de instrumentos financeiros para negociação. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

l. Derivativos mantidos para fins de administração de riscos

Derivativos mantidos para fins de administração de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos para a negociação. Esses derivativos são mensurados a valor justo no balanço. O tratamento das mudanças no valor justo depende de sua classificação nas seguintes categorias:

(i) Hedge de valor justo

Quando um derivativo é designado como *hedge* das variações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas imediatamente no resultado com as variações no valor justo do item objeto de *hedge* que são atribuíveis ao risco objeto de *hedge* (na mesma linha das demonstrações dos resultados que o item objeto de *hedge*).

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como *hedge* de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item de *hedge* para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

(ii) Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista considerada altamente provável de ocorrência que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do período.

(iii) Hedge de investimentos líquidos no exterior

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como *hedge* de um investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Nos exercícios findos em 2017 e 2016, não houve derivativos destinados a “*hedge*”.

(iv) Outros derivativos não destinados para negociação

Quando um derivativo não é mantido para negociação, e não está designado em um relacionamento de *hedge*, todas as mudanças de seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado como um componente do lucro líquido em outros instrumentos financeiros a valor justo.

(v) Derivativos embutidos

Operações de instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como derivativos embutidos, quando possuir um outro acordo contratual (“contrato principal”). O Banco contabiliza os derivativos embutidos separadamente dos contratos principais quando o próprio contrato principal não é mantido a valor justo no resultado, e as características do derivativo embutido não são claras e estritamente relacionadas ao contrato principal. Os derivativos embutidos separados são contabilizados em suas classificações e apresentados no balanço juntamente com o contrato principal.

m. Empréstimos e recebíveis

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

n. Ativos tangíveis

(i) Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Benfeitorias em imóveis de terceiros é de acordo com o prazo do contrato de locação.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o Banco e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para a atualidade e os períodos comparativos são os seguintes:

Sistemas e processamentos de dados	5 anos
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10 anos

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

o. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis do Banco são compostos basicamente de *software*, que são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução ao valor recuperável.

As despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando o Banco consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do *software* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de um *software* é de 5 anos.

p. Outros Ativos

Refere-se substancialmente aos valores em moedas estrangeiras que estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do exercício e são acrescidas de encargos contratuais atualizados “pro rata dia”.

q. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros do Banco, exceto outros valores e bens e ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ágio é estimado a cada data de publicação do balanço.

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável se o valor de contabilização de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a ágio não é revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram identificados qualquer ativo que se classifique para fins de redução ao valor recuperável.

r. Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados são as fontes com que o Banco conta para captação.

Os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subseqüentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Banco decide registrar os passivos a valor justo no resultado.

O Banco contabiliza alguns depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados a valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado conforme descrito na política contábil i (v).

s. Provisões

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de quaisquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecimento no IAS 37 passivos contingentes e ativos contingentes. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

t. Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem do Banco pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subseqüentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo a garantia tornar-se provável). As garantias financeiras são classificadas em outros passivos.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

u. Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos aos funcionários são: seguro de vida, seguro saúde e odontológico, vale alimentação, vale refeição, auxílio creche e babá, vale transporte e estacionamento, sendo que nenhum destes benefícios é considerado parte do salário.

A despesa referente a estes benefícios é reconhecida no mesmo período da prestação de serviço por parte do funcionário.

v. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

w. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Durante os últimos anos foram emitidas e revisadas normas para melhorias das IFRS, sendo estas interpretações efetivas para períodos anuais iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2016. Essas melhorias nas IFRS compreendem alterações que resultam em mudanças contábeis para o propósito de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, reconhecimento ou mensuração, como também terminologias ou alterações relacionadas a diversas normas das IFRS.

A seguir são apresentados os comentários sobre os pronunciamentos e interpretações avaliados durante o exercício de 2017:

IFRS 9 - Instrumentos financeiros: O IASB (*International Accounting Standards Board*) emitiu em Novembro de 2009 o pronunciamento IFRS9, com o objetivo de substituir o IAS 39, quanto a norma de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros. Este normativo foi constituído em três fases - classificação e mensuração, provisão e *hedge*.

A fase de classificação e mensuração tem como objetivo substituir as classificações atuais para instrumentos financeiros em reconhecimento pelo custo amortizado (Custo Amortizado), pelo valor de mercado através do resultado (FVPL) e valor de mercado através do patrimônio (FVOCI). Para tal classificação os ativos devem ser submetidos a testes de pagamentos de juros e principal (SPPI) e ter como base o modelo de negócio da transação.

A fase de provisão, tem como objetivo antecipar o reconhecimento das provisões, a fim de identificar com maior antecipação qualquer ponto crítico que possa impactar o montante de provisão reconhecida, problema este destacado durante a crise do subprime. Os ativos financeiros passam a ser classificados em três estágios, onde um ativo sem indícios de risco de crédito deteriorado inicialmente é reconhecido no estágio 1. Se entrar em atraso e passar a ser considerado no *watchlist*, deve passar ao estágio 2. O estágio 3 já é considerado para créditos deteriorados e com alto risco de perda, sendo calculada uma maior provisão. O estágio 1 considera para cálculo da perda esperada de crédito (ECL) um horizonte de 1 ano, enquanto os estágios 2 e 3 consideram a vida inteira do contrato.

A fase de *hedge* tem como objetivo simplificar os critérios do *hedge accounting* e passa a permitir mais exposições a serem consideradas no cálculo, expandindo o número de usuários deste método, que até então não o utilizavam dada a sua complexidade.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Com o objetivo de buscar um mercado mais eficiente e ter uma legislação mais alinhada com as normas internacionais, o Banco Central do Brasil (BACEN) tem buscado a adoção do IFRS9, através de consultas públicas, porém sem a emissão de uma resolução final até o momento da divulgação desta demonstração.

O Banco analisou os possíveis impactos da norma através de consultas públicas e o impacto mais significativo identificado até o momento, quanto a classificação e mensuração, se refere a classificação das operações compromissadas, que passam a ser mensuradas a valor justo através do patrimônio líquido, devido ao modelo de negócios que estão alocadas. O impacto calculado desta mensuração para data de 31 de dezembro de 2017 é de R\$ (488).

Redução do valor recuperável - “Impairment” de ativos financeiros

Os requisitos de “*impairment*” baseiam-se em um modelo de perda esperada e aplicam-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos financeiros mensurados ao valor justo no patrimônio, concessão de créditos, compromissos de empréstimo e contratos de garantias financeiras não mensurados ao valor justo pelo resultado. Com base na aplicação da norma, o Banco passa a aplicar um novo modelo de cálculo e metodologias globais para provisões. Em 31 de dezembro de 2017, com a utilização do novo modelo de cálculo, a provisão seria de R\$ (9.857), correspondendo a um ajuste de R\$ (1.432).

A nova metodologia de cálculo de provisões classifica os instrumentos financeiros em três estágios e mensura os riscos de crédito para todos os fluxos financeiros esperados, além de incluir outros instrumentos financeiros no escopo, sendo os mais significativos para o montante total a Reserva Livre, Reserva Compulsória, Depósitos de CDI, Depósitos Judiciais e Títulos Públicos.

Não há impactos para o Banco quanto as novas normas para o *hedge accounting*.

IFRS 15 - Norma que trata do reconhecimento e divulgação de receita de contratos com clientes, o objetivo deste pronunciamento é auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entenderem a natureza, valores, prazos e incertezas envolvidas no reconhecimento de receitas e fluxos de caixa oriundos dos contratos com os clientes. Esta IFRS substitui a IAS 18 e IAS 11, assim como as interpretações IFRICS 13, 15 e 18, visto que a vigência do pronunciamento ocorre somente em janeiro de 2018, cujos impactos decorrentes de sua adoção estão sendo avaliados.

IAS 1 / OCPC 07 - Este CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) esta em audiência pública e trata-se das alterações na elaboração das notas explicativas em IFRS. Um grupo do CPC analisou a qualidade das informações das notas expostas, chegando a conclusão que além do grande volume significativo, existem também muitas informações de má qualidade e irrelevantes. Com estas considerações o OCPC 07 atua na evidenciação da divulgação das demonstrações financeiras enfatizando a melhoria na qualidade das informações considerando apenas aspectos relevantes e materiais. Isto implicará na redução dos custos, haverá uma mudança cultural para os elaboradores, auditores e reguladores (pois cada instituição passará a informar apenas o que é relevante no negócio em que atua), as notas passarão a ser mais agradáveis (de fácil leitura e entendimento). A principio este pronunciamento deve trazer impactos significativos para o Banco, neste sentido, assim que aprovado, o Banco estudará os impactos para uma melhor implantação desta norma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A Administração avalia junto aos comitês interno o desenvolvimento, a seleção e a divulgação de informações sobre as políticas e estimativas contábeis significativas do Banco e suas respectivas aplicações.

Essas divulgações complementam os comentários sobre identificação e avaliação de redução ao valor recuperável contemplados na nota 3.q

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Fontes fundamentais de incerteza nas estimativas

Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A eventual perda por redução ao valor recuperável dos ativos registrados pelo custo amortizado é avaliada segundo as bases descritas na política contábil 3.i (iv).

O específico componente da contraparte no total de provisões para redução ao valor recuperável aplica-se a valores avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração avalia a situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

As provisões de redução ao valor recuperável calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com redução ao valor recuperável que não podem ser identificados individualmente. Um dos componentes das provisões calculadas coletivamente é o risco país. Ao avaliar a necessidade de provisões coletivas para devedores duvidosos, a Administração leva em consideração fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, são assumidas premissas para definir a forma de modelagem das perdas inerentes e determinar os padrões de entrada necessários, baseados na experiência histórica e nas condições econômicas presentes. A precisão das provisões depende, no caso de contrapartes específicas, da qualidade dessas estimativas de recebimentos futuros e das premissas e dos parâmetros do modelo utilizado para determinação das provisões coletivas.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados apresentados.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo. Conseqüentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode resultar em resultados financeiros diferentes daqueles apresentados.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina a existência de redução ao valor recuperável nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização permanente ou de valor significativo no seu valor justo. A determinação de uma desvalorização permanente ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Banco avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinadas premissas ou julgamento no estabelecimento das estimativas do valor justo.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes premissas e estimativa poderá resultar em um nível diferente de perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Opiniões subjetivas críticas na aplicação das políticas contábeis do Banco

Classificação de ativos e passivos financeiros

As políticas contábeis do Banco fornecem o escopo para, em determinadas circunstâncias, classificar ativos e passivos em diferentes categorias contábeis quando do seu reconhecimento inicial:

- Para a classificação de ativos ou passivos financeiros como “Destinados à negociação”, o Banco determinou que eles atendem à definição apresentada na política contábil 3.k.
- Para ativos ou passivos financeiros ao valor justo através de resultados, o Banco determinou que eles atendem a um dos critérios definidos na política contábil 3.i (viii) para tal classificação.
- Para a classificação de ativos ou passivos financeiros como mantidos até o vencimento, o Banco mantém políticas rígidas que determinam a manifestação clara sobre a intenção e a capacidade de mantê-los até a data do vencimento.

5. Ajustes para as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, estas são as demonstrações financeiras preparadas pelo Banco de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Apresentamos abaixo os efeitos para as IFRS na posição financeira do Banco em 31 de dezembro de 2017

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	BRGAAP 31/12/2017	AJUSTES DEZEMBRO	IFRS 31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa		<u>4.320.954</u>	<u>-</u>	<u>4.320.954</u>
ATIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		<u>978.179</u>	<u>-</u>	<u>978.179</u>
Instrumentos de dívida		772.998	-	772.998
Instrumento de patrimônio		-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		205.181	-	205.181
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		<u>1.912.053</u>	<u>(609.926)</u>	<u>1.302.127</u>
Créditos a clientes e recebíveis	a	1.923.102	(612.550)	1.310.552
Redução ao valor recuperável	b	(11.049)	2.624	(8.425)
			-	
ATIVO TANGÍVEL		<u>7.800</u>	<u>-</u>	<u>7.800</u>
ATIVO INTANGÍVEL		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		<u>262.347</u>	<u>802</u>	<u>263.149</u>
Ativos tributários correntes		52.920	-	52.920
Ativos tributários diferidos	c	209.427	802	210.229
OUTROS ATIVOS		<u>765.115</u>	<u>-</u>	<u>765.115</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>8.246.448</u></u>	<u><u>(609.124)</u></u>	<u><u>7.637.324</u></u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVOS FINANCEIROS		<u>5.842.651</u>	<u>(613.393)</u>	<u>5.229.258</u>
Depósitos de instituições financeiras		206.077	-	206.077
Depósitos de clientes		2.971.061	-	2.971.061
Empréstimos e financiamentos	d	2.544.696	(612.550)	1.932.146
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	e	120.817	(843)	119.974
PROVISÕES		<u>556.665</u>	<u>-</u>	<u>556.665</u>
Provisões		313.348	-	313.348
Outros passivos		243.317	-	243.317
PASSIVOS FISCAIS		<u>245.445</u>	<u>-</u>	<u>245.445</u>
Passivos tributários correntes		245.445	-	245.445
Passivos tributários diferidos		-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.601.687</u>	<u>4.269</u>	<u>1.605.956</u>
Capital		996.551	-	996.551
Reservas	f	614.831	4.269	619.100
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		(9.695)	-	(9.695)
Prejuízo acumulado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>8.246.448</u></u>	<u><u>(609.124)</u></u>	<u><u>7.637.324</u></u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Comentários sobre os ajustes:

- a) Créditos a clientes e recebíveis - R\$ (612.550) (2016 - R\$ (831.771))

Refere-se aos ajustes oriundos do desreconhecimento de operações de crédito (*derecognition*), baseado nas condições contratuais que estabelecem condições idênticas de captação e repasse, totalizando R\$ 612.550.

- b) Redução ao valor recuperável - R\$ 2.624 (2016 - R\$ 605)

Refere-se ao ajuste de *General Valuation Allowance (GVA)* que trata-se do provisionamento sobre a carteira de crédito baseada no IAS39.

- c) Crédito tributário diferido - R\$ 802 (2016 - R\$ 11.721)

Refere-se a aplicação da alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre o valor total dos ajustes.

- d) Empréstimos e financiamentos - R\$ (612.550) (2016 - R\$ (831.771))

Refere-se ao ajuste do passivo para a operação classificada como *derecognition*, mencionado na letra “b” acima.

- e) Instrumentos financeiros derivativos - R\$ (843) (2016- R\$ (25.441))

Refere-se aos ajustes oriundos da mudança de taxa (*Ptax x Spot*) em relação às operações de arbitragens de moedas no montante de R\$ 11.191 e ao ajuste de DVA, que trata-se da avaliação do risco de default do próprio Banco, assumindo suas contrapartes em instrumentos financeiros derivativos.

- f) Resultado líquido do exercício/Reservas - R\$ 4.268 (2016 - R\$ 13.116)

Refere-se ao ajuste de resultado do exercício atual e anteriores.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

6. Margem financeira

A composição da rubrica de margem financeira é a seguinte:

	2017	2016
Rendas de operação de Câmbio	615.068	6.138.560
Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez	189.697	225.215
Receitas com instrumentos financeiros	53.608	150.798
Receitas com operações de crédito	233.423	126.888
Outras receitas	24.522	35.979
Receitas financeiras	1.116.318	6.677.440
Despesas de operação de câmbio	(633.235)	(5.785.796)
Despesas de captação	(195.255)	(250.002)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(147.524)	(34.506)
Resultado de transações com títulos e valores mobiliários	(105)	(26.588)
Despesas financeiras	(976.119)	(6.096.892)
Margem financeira	140.199	580.548

7. Resultado líquido de serviços e comissões

A composição da rubrica de resultado líquido de serviços e comissões é a seguinte:

	2017	2016
Receitas de serviços e comissões		
Serviços - Exterior	123.273	81.130
Rendas de prestação de serviços	28.293	17.800
Comissão de colocação de títulos	13.203	17.792
Serviços de custódia	9.505	25.698
Corretagens em Bolsas	-	5.321
Tarifas	1.279	1.841
Total de Receitas	175.553	149.582
Despesas de serviços e comissões		
Serviços do sistema financeiro	(12.253)	(20.755)
Serviços prestados para empresas exterior	(149)	(9.256)
Total de despesas de serviços e comissão	(12.402)	(30.011)
Resultado líquido de serviços e comissões	163.151	119.571

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

8. Resultado de instrumento financeiros derivativos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Swap	(27.799)	18.676
Termo / Títulos	228	58.819
NDF	10.975	31.942
Opções	-	120.205
Price adjustment Res CMN 4.277	46	-
Total	<u>(16.550)</u>	<u>229.642</u>

9. Ganhos ou (perdas) com instrumentos financeiros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
NDF	786	746.617
Opções	-	(147.389)
Swap	114.570	535.158
Arbitragem	181.379	(42.872)
Futuros	(183.903)	(1.576.337)
Total	<u>112.832</u>	<u>(484.823)</u>

10. Despesas de pessoal

A composição da rubrica de despesas de pessoal é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração	(91.595)	(107.400)
Benefício	(19.638)	(41.609)
Encargos	(30.960)	(45.306)
Reestruturação	(17.179)	(43.212)
Diversos Pessoal	(875)	(659)
Total	<u>(160.247)</u>	<u>(238.186)</u>

11. Depreciação e amortização

A composição da rubrica de depreciação e amortização é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Instalações	(3.969)	(3.946)
Móveis e equipamentos	(1.113)	(1.892)
Processamento de dados	(1.438)	(1.833)
Outras imobilizações	(110)	(155)
Total	<u>(6.630)</u>	<u>(7.826)</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

12. Outras receitas e despesas

A composição da rubrica outras receitas e despesas é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita atualização monetária	22.661	28.740
Receita de juros	3.380	10.194
Reversão de despesas administrativas	1.257	6.795
Outras receitas	975	289
Total receitas	<u>28.273</u>	<u>46.018</u>
Despesa - equivalência	-	(59.965)
Despesas com processos judiciais	(22.213)	(23.383)
Despesas de variação cambial	(1.984)	(4.048)
Despesas baixa imobilizado	(499)	(3.491)
Despesas fianças	(4.005)	(3.238)
Outras despesas	(7.880)	(4.949)
Total despesas	<u>(36.581)</u>	<u>(99.074)</u>
Total	<u>(8.308)</u>	<u>(53.056)</u>

13. Despesas tributárias

A composição da rubrica outras despesas tributárias é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos e taxas diversas	(8.825)	(13.041)
COFINS	(10.585)	(12.135)
PIS	(1.720)	(1.972)
Reversões/anistia	(2)	(62)
Total	<u>(21.132)</u>	<u>(27.210)</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

14. Outras despesas administrativas

A composição da rubrica outras despesas administrativas é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comunicações	(21.841)	(29.214)
Serviços técnicos especializados	(20.150)	(33.701)
Aluguéis	(7.930)	(10.519)
Viagens e refeições	(3.987)	(6.858)
Serviços de terceiros	(5.041)	(6.169)
Outras	(1.551)	(3.236)
Manutenção e conservação de bens	(3.768)	(3.888)
Seguros	(536)	(1.660)
Propaganda, promoções e publicidade	(920)	(961)
Material	(368)	(828)
Despesas de transporte	(514)	(592)
Serviços de vigilância e segurança	-	(395)
Total	<u>(66.606)</u>	<u>(98.021)</u>

15. Despesas de imposto de renda e contribuição social

A composição da rubrica despesas de imposto de renda corrente, imposto de renda diferido, contribuição social corrente e contribuição social diferido é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda corrente	(19.894)	1.473
Contribuição social corrente	(15.685)	532
Imposto de renda diferido	(14.751)	(23.788)
Contribuição social diferida	(11.304)	(16.037)
Total	<u>(61.634)</u>	<u>(37.820)</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A seguir é apresentado a apuração do imposto por entidade:

Banco	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes da tributação e das participações estatutárias no resultado	134.459	39.016	134.459	39.016
(-) Participação Estatutária	(19.004)	(18.510)	(19.004)	(18.510)
Resultado antes da tributação e dos juros sobre capital próprio	115.455	20.506	115.455	20.506
Efeitos marcação a mercado	(6.611)	(182.181)	(6.611)	(182.181)
Adições (exclusões) permanentes	10.561	61.995	2.268	58.634
Adições (exclusões) temporárias	(4.099)	(10.256)	(4.099)	(10.256)
Base de cálculo	115.306	(109.936)	107.013	(113.297)
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(36.099)	-	(33.611)	-
Base de cálculo após compensações	79.207	(109.936)	73.402	(113.297)
Impostos correntes	(20.212)	1.156	(15.685)	532
Incentivos fiscais / IR Filial Uruguai	318	318	-	-
Valores Diferidos	-	-	-	-
Ativo fiscal Diferido	(10.446)	(22.409)	(7.858)	(14.935)
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício	(30.340)	(20.935)	(23.543)	(14.403)

Os totais do Banco apresentados acima, podem ser resumidos conforme segue:

Valores apurados no local	Imposto de Renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Banco	(30.340)	(20.935)	(23.543)	(14.403)
Total	(30.340)	(20.935)	(23.543)	(14.403)

Distribuição por tipo de imposto	Imposto de Renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Impostos correntes	(19.894)	1.474	(15.685)	532
Impostos diferidos	(10.446)	(22.409)	(7.858)	(14.935)
Total	(30.340)	(20.935)	(23.543)	(14.403)

Ajustes para IFRS	Imposto de Renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Impostos diferidos	(4.306)	(1.379)	(3.445)	(1.103)
Total	(4.306)	(1.379)	(3.445)	(1.103)

Valores ajustados para IFRS	Imposto de Renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Impostos correntes	(19.894)	1.474	(15.685)	532
Impostos diferidos	(14.751)	(23.788)	(11,304)	(16.038)
Total	(34.645)	(22.314)	(26.989)	(15.506)

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

16. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi baseado nos lucros dos respectivos exercícios e na quantidade de ações ordinárias emitidas, sendo 801.494.530 ações. Os resultados dos lucros, por ação e por ação diluído, nos respectivos exercícios foram de - R\$ 0,04 em 2017 e R\$ 0,01 em 2016.

17. Caixa e equivalentes de caixa

A composição da rubrica de caixa e equivalente de caixa é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e contas-corrente em Bancos	191.723	239.023
Reservas livres em espécie com o Banco Central	69.587	114.808
Operações interfinanceiras de liquidez	4.059.644	1.603.244
Saldos em 31 de dezembro	<u>4.320.954</u>	<u>1.957.075</u>

18. Ativos financeiros

O Banco apresenta ativos financeiros classificados nas categorias de disponível para venda. A composição da rubrica de ativos e passivos financeiros a valor justo por meio de resultado está demonstrada abaixo.

O Banco utiliza-se de outros derivativos, não enquadrados nas classificações de *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa, para gerenciar a exposição a riscos de moeda, taxa de juros, mercado de capitais e risco de crédito. Os instrumentos utilizados são *swaps* de taxa de juros, de moedas e de riscos de crédito, contratos futuros, opções e NDFs.

O quadro abaixo demonstra abertura dos instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado de acordo com os níveis de hierarquia descritos no IFRS 13.

	<u>Valor de Referência</u>	<u>Total</u>	<u>2017</u>	
			<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>
Instrumentos de dívida		<u>772.998</u>	<u>669.158</u>	<u>103.840</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN		638.836	638.836	-
CDI/Aplicações em moeda estrangeira		103.840	-	103.840
Tits. Dados em garantia de ops em câmaras de liq e comp - LFT		30.322	30.322	-
Instrumentos financeiros derivativos		<u>205.181</u>	<u>-</u>	<u>205.181</u>
Futuros	10.971.872	-	-	-
NDF	3.241.426	10.279	-	10.279
Swap	2.600.721	194.902	-	194.902
Total		<u>978.179</u>	<u>669.158</u>	<u>309.021</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Valor de Referência	Total	2016	
			Nível 1	Nível 2
Instrumentos de dívida		1.401.090	616.694	784.396
Letras Financeiras Tesouro - LFT		-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN		616.694	616.694	-
CDI/Aplicações em moeda estrangeira		784.396	-	784.396
Instrumentos financeiros derivativos		714.358	-	714.358
Futuros	10.971.872	-	-	-
NDF	3.241.426	128.010	-	128.010
Swap	2.600.721	586.348	-	586.348
Total		2.115.448	616.694	1.498.754

Nível 1 - Preços cotados e não ajustados em mercados ativos:

O valor justo dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA)

Nível 2 - *Inputs* incluídas no nível 1 que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços):

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores justos, são adotados os seguintes critérios:

- Futuros: cotações extraídas da B3 e da ANBIMA, conforme o caso;
- *Swap* e NDF: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando preços da B3 e preços de commodities, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Nível 3 - O Banco não possui ativos classificados nesse nível.

Segue composição dos ativos financeiros cedidos em garantia

	2017	2016
Letras do tesouro nacional - LTN	638.836	457.108
Tits. Dados em garantia de ops em câmaras de liq e comp - LFT	30.322	-
Total	669.158	457.108

Essas transações são conduzidas de acordo com os termos usuais e costumeiros em atividades bancárias de tomada e concessão de títulos e valores mobiliários, bem como segundo os requisitos determinados pelas bolsas, nos quais o Banco atua como intermediário. Os resultados encontram-se registrados na rubrica resultado de instrumentos financeiros.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

19. Empréstimos e recebíveis

A composição da rubrica de empréstimos e recebíveis é a seguinte:

	2017			2016		
	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
Empréstimos	527.686	(501)	527.185	938.015	(261)	937.754
Títulos descontados	67.548	-	67.548	-	-	-
Financiamentos à importação e exportação	186.560	(79)	186.481	80.037	(1.506)	78.531
Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC/ACE)	183.579	-	183.579	3.557	(1)	3.556
Adiantamento sobre contratos de câmbio vencidos (ACC)	5.744	(5.479)	265	-	-	-
Compra de recebíveis	337.725	(714)	337.011	260.189	(52)	260.137
Rendas a receber	1.710	(37)	1.673	383.332	(71)	383.261
Garantias	-	(1.615)	(1.615)	-	(2.688)	(2.688)
Total	1.310.552	(8.425)	1.302.127	1.665.130	(4.579)	1.660.551

Segue a composição por modalidade e vencimento:

Vencimento / Produto	Financ Import / Export	CCB	Cap de Giro/ Conta garantida	ACC / ACE	Outros emp e creditos	Títulos Descontados	Crédito contingente	2017	2016
Vencidos	-	4	-	5.744	-	-	-	5.748	565
A vencer até 30 dias	-	161.470	97.043	28.839	578	4.752	-	292.682	404.807
De 31 a 60 dias	84.182	101.207	59.260	22.803	182	3.202	-	270.836	242.720
De 61 a 90 dias	-	51.087	20.471	21.905	1.614	3.507	-	98.584	381.006
De 91 a 120 dias	40.642	1.569	39.047	7.516	103	2.885	-	91.762	112.750
De 121 a 180 dias	29.486	271	99.376	84.445	2.303	6.070	-	221.951	216.452
De 181 a 360 dias	19.855	19.210	137.499	18.073	111	15.423	-	210.171	249.923
Acima de 360 dias	10.580	2.907	73.623	-	-	31.708	-	118.818	56.907
Sub total	184.745	337.725	526.319	189.325	4.891	67.547	-	1.310.552	1.665.130
Redução do valor recuperável	(79)	(714)	(501)	(5.479)	(37)	-	(1.615)	(8.425)	(4.579)
Saldo líquido	184.666	337.011	525.818	183.846	4.854	67.547	(1.615)	1.302.127	1.660.551

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Segue a distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Fincto import/ export	CCB	Capital de Giro e conta garantida	ACC / ACE	Tít desc	Outros emp e créditos	Credito contingente	2017	2016
Mineração	13.627	-	1.088	20.674	-	122	-	35.511	25.061
Siderurgia e Metalurgia	69.111	506	11.316	-	-	-	-	80.933	51.935
Agropecuário	-	-	-	-	-	-	-	-	221.191
Comércio	-	85.047	4.760	6.739	-	1	-	96.547	86.285
Alimentos e bebidas	19.855	133.274	-	66.795	-	387	-	220.311	432.261
Máquinas e Equipamentos	-	3.498	145.322	52.003	-	881	-	201.704	419.704
Outros	81.135	1.756	171.571	-	-	-	-	254.462	166.918
Químico e Petroquímico	-	57.337	144.257	-	-	3.183	-	204.777	70.281
Telecomunicações	-	-	429	-	-	-	-	429	78.325
Eletroeletrônicos	1.017	1.138	47.571	-	67.547	-	-	117.273	54.494
Automotivo	-	55.169	-	-	-	-	-	55.169	40.248
Construção e imobiliário	-	-	-	18.984	-	122	-	19.106	18.427
Transportes	-	-	5	24.130	-	195	-	24.330	-
Sub total	184.745	337.725	526.319	189.325	67.547	4.891	-	1.310.552	1.665.130
Redução do valor recuperável	(79)	(714)	(501)	(5.479)	-	(37)	(1.615)	(8.425)	(4.579)
Saldo Líquido	184.666	337.011	525.818	183.846	67.547	4.854	(1.615)	1.302.127	1.660.551

Segue composição da provisão para redução ao valor recuperável.

	2017	2016
Saldo inicial	(4.579)	(9.961)
Constituição no exercício	(40.504)	(134.097)
Reversões no exercício	41.288	148.845
Ajustes	(4.630)	(9.366)
Redução ao valor recuperável	(8.425)	(4.579)

A diferença entre as constituições e reversões dos exercícios e o resultado de provisões nas demonstrações de resultados refere-se à variação cambial sobre o resultado de provisões constituídas nos exercícios anteriores na filial do Uruguai.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve recuperação de crédito baixado para prejuízo. Em 2016 houve recuperação de crédito no montante de R\$ 3.500.

Em 31 de dezembro de 2017 existem R\$ 24.954 de renegociações de crédito.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

20. Ativos tangíveis

A composição da rubrica de ativos tangíveis é a seguinte:

Custo de aquisição	2017			2016	
	Movéis e Equipamentos	Instalação	Outras Imobilizações	Total	Total
Saldo inicial	3.938	4.236	5.458	13.632	21.820
Aquisições	1.266	-	-	1.266	4.637
Alienações	(460)	-	(8)	(468)	(4.998)
Depreciação do exercício	(2.626)	(3.971)	(33)	(6.630)	(7.826)
Saldo Final	2.118	265	5.417	7.800	13.633

21. Ativos intangíveis

A composição da rubrica de ativos intangíveis é a seguinte:

	2017	2016
Saldo início do exercício	-	1.801
Aquisições	-	-
Amortização do exercício	-	(1.801)
Saldo final do exercício	-	-

O ativo intangível foi composto, basicamente, por aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação e amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa de 20% ao ano, contabilizados a partir de 31 de dezembro de 2010.

22. Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos:

a) *Impostos Diferidos (ativo e passivo)*

	2017			2016		
	Imposto de Renda	Contribuição social	Total	Imposto de Renda	Contribuição social	Total
Crédito tributário						
Diferenças temporárias	42.204	33.763	75.967	33.467	26.773	60.240
	<u>42.204</u>	<u>33.763</u>	<u>75.967</u>	<u>33.467</u>	<u>26.773</u>	<u>60.240</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017			2016		
	Imposto de Renda	Contribuição social	Total	Imposto de Renda	Contribuição social	Total
Crédito tributário						
Prejuízo fiscal / base negativa	68.368	65.894	134.262	77.393	72.616	150.009
	<u>68.368</u>	<u>65.894</u>	<u>134.262</u>	<u>77.393</u>	<u>72.616</u>	<u>150.009</u>

A constituição do imposto de renda diferido à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%, sobre os efeitos de marcação ao valor de justo de instrumentos de dívida, de instrumentos de patrimônio, de instrumentos financeiros derivativos e sobre os swaps não realizados, distribuídos por ano de vencimento dos títulos e instrumentos derivativos, já encontra-se representado pelo seu valor de realização, levando-se em consideração as características dos respectivos títulos, que estão classificados como para negociação, e dos instrumentos financeiros derivativos, conforme demonstrado a seguir:

a.1) Segue movimentação do crédito tributário

	dez/16	Contituição	(Realização)	dez/17
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	33.467	22.591	(13.854)	42.204
Contribuição social	26.773	18.074	(11.084)	33.763
	<u>60.240</u>	<u>40.665</u>	<u>(24.938)</u>	<u>75.967</u>
Prejuízo fiscal				
Imposto de renda	77.393	2.132	(11.157)	68.368
Contribuição social	72.616	1.705	(8.427)	65.894
	<u>150.009</u>	<u>3.837</u>	<u>(19.584)</u>	<u>134.262</u>

a.2) Demonstração do efeito no resultado - oriundo dos registros de créditos tributários e impostos diferidos:

	Prejuízo fiscal Receita (Despesas)	Outras diferenças temporárias Receita (Despesas)	Efeito do crédito tributário Receita (Despesas)	Efeito líquido Receita (Despesas)
Imposto de renda	(9.025)	13.298	4.273	4.273
Contribuição social	(6.722)	5.744	(978)	(978)
Efeito em 2017	<u>(15.747)</u>	<u>19.042</u>	<u>3.295</u>	<u>3.295</u>
Efeito em 2016	<u>105.746</u>	<u>(95.369)</u>	<u>10.377</u>	<u>10.377</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

a.3) Expectativa de realização do crédito tributário

a.3-i) Banco

De acordo com o planejamento feito pela Administração e projeções de resultado para os próximos anos, a realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa registrados em 31 de dezembro de 2017, ocorrerá até o final de 2025, conforme tabela abaixo:

<u>Exercícios</u>	<u>Resultado projetado</u>	<u>Dedutibilidade do crédito tributário</u>	<u>Expectativa de realização</u>	<u>Saldo de crédito tributário no final do período</u>
<i>Saldo dezembro/2017:</i>				134.262
2018	49.800	14.940	6.723	127.539
2019	75.600	22.680	9.072	118.467
2020	124.600	37.380	14.952	103.515
2021	169.400	50.820	20.328	83.187
2022	221.900	66.570	26.628	56.559
2023	221.900	66.570	26.628	29.931
2024	221.900	66.570	26.628	3.303
2025	221.900	66.570	3.303	-

b) Passivos Fiscais Correntes - Banco

Segue a composição dos valores de passivos fiscais correntes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos incontroversos	195.021	187.495
Impostos e contribuições a recolher (IR Fonte, ISS, etc)	11.632	19.035
Impostos e contribuições correntes sobre lucro	35.579	5
Cobrança arrecadação tributos	3.213	3.197
Resultado de passivos fiscais correntes	<u>245.445</u>	<u>209.732</u>

23. Outros ativos

A composição da rubrica de outros ativos é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações de câmbio	229.642	348.687
Depósitos judiciais (*)	440.610	404.963
Devedores conta liquidações pendentes	4.682	7.376
Devedores diversos	28.232	21.884
Pagamentos a ressarcir	23.444	48.359
Títulos de crédito a receber	32.418	17.764
Despesas antecipadas	1.440	1.972
Adiantamento, antecipações salariais e outros	2.394	372
Serviços prestados a receber	979	54.252
Rendas a receber	1.274	2.309
Total	<u>765.115</u>	<u>907.938</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

(*) Depósitos judiciais	2017	2016
Tributação MtM sobre operações de mercado futuro	238.677	229.335
Depósitos Previdenciários	130.840	124.290
Demandas ISS	16.928	15.762
Depósito judicial trabalhista	3.213	2.682
Outras demandas tributárias	50.952	32.894
Total	440.610	404.963

24. Depósitos de instituições financeiras

A composição da rubrica de depósitos de instituições financeiras é a seguinte:

	2017	2016
Depósitos à vista	73.506	69.306
Relações interdependência	23.682	150.008
Depósitos interfinanceiros	108.889	157.775
Total	206.077	377.089

Os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100% (2016 - 100%). Segue abertura por prazo de vencimento:

	2017	2016
3 a 12 meses	108.889	157.775
Total	108.889	157.775

25. Depósitos de clientes

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 101,5% (2016 - entre 70% e 101%) e CDBs pré-fixados 9,62% (2016 - 13,22%). Segue abertura por prazo de vencimento:

	2017	2016
Até 3 meses	805.019	995.928
3 a 12 meses	1.164.905	557.916
1 a 3 anos	996.487	174.989
3 a 5 anos	59	4
5 a 15 anos	4.591	-
Total	2.971.061	1.728.837

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

26. Empréstimos e financiamentos no exterior

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações por tomada de linha (a)	1.620.840	1.325.599
Obrigações por empréstimos no exterior (b)	207.348	327.501
Financiamento a importação (c)	82.738	18.068
Financiamentos à exportação (d)	21.220	23.382
Total	<u>1.932.146</u>	<u>1.694.550</u>

(a) Referem-se às operações de interbank com DB AG NY e DB AG Frankfurt, em Dólar e Euro, com taxa máxima de 1,5% ao ano e vencimentos até janeiro de 2018.

(b) Referem-se às captações com o DB AG Frankfurt e DB AG NY, principalmente em Euro e Dólar, com taxa de juros de até 2,35% ao ano e vencimentos até novembro de 2018.

(c) Referem-se, basicamente, às captações com Instituições Financeiras no exterior, principalmente em Dólar, com vencimentos até maio de 2018.

(d) Referem-se basicamente às captações com DB AG Frankfurt e DB AG NY no valor de R\$ 21.220, em Euro e Dólar, com taxa de juros de até 2,10% e vencimentos até outubro de 2018.

27. Instrumentos financeiros derivativos - passivo

A composição da rubrica de instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

		<u>2017</u>			
	Valor de Referência	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Swap	1.887.149	102.520	-	102.520	-
NDF	2.898.366	28.892	-	28.892	-
Câmbio		(11.438)	-	(11.438)	-
Total		<u>119.974</u>	<u>-</u>	<u>119.974</u>	<u>-</u>

		<u>2016</u>			
	Valor de Referência	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Swap	1.415.726	331.601	-	331.601	-
NDF	1.377.762	68.064	-	68.064	-
Câmbio		147.505	-	147.505	-
Total		<u>547.170</u>	<u>-</u>	<u>547.170</u>	<u>-</u>

Para mais informações sobre a carteira de derivativos do Banco, vide nota 18.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

28. Provisões

A composição da rubrica de provisões é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas de pessoal	107.485	107.397
Passivos contingentes	203.831	201.253
Outros	2.032	4.456
Total	<u>313.348</u>	<u>313.106</u>

29. Outros passivos

A composição da rubrica de outros passivos é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Câmbio	213.232	345.051
Contas a pagar	-	51.714
Negociação intermediação	14.663	47.404
Receitas de exercícios futuros	6.357	7.030
Diversos	9.065	8.480
Total	<u>243.317</u>	<u>459.679</u>

30. Ativos e passivos contingentes

a) *Ativos contingentes*

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, ao menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser divulgados.

b) *Passivos contingente*

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Para os processos com probabilidade de perda avaliada como possível, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme demonstrado a seguir:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Composição e movimentação das provisões segregadas por natureza:

		Saldo em dez/16	Adição à provisão	Reversão Resultado	Reversão Depósito/ Pagamento	Atualização monetária	Saldo em dez/17
Fiscais							
	IR/CS (a)	236.690	-	-	-	9.561	246.251
	INSS (b)	121.541	-	-	-	6.455	127.996
	CSLL	8.528	-	-	-	597	9.125
	Outros (e)	781	-	-	-	-	781
Total fiscais		367.540	-	-	-	16.613	384.153
Trabalhistas		9.162	5.311	(1.282)	(289)	774	13.676
Cíveis/Créditos (b) (d)		4.155	-	-	(4.091)	173	237
Tributário (e)		33	-	-	-	3	36
Administrativo (e)		-	750	-	-	-	750
Total provisões		<u>380.890</u>	<u>6.061</u>	<u>(1.282)</u>	<u>(4.380)</u>	<u>17.563</u>	<u>398.852</u>

- (a) Trata-se de ação judicial movida pelo Banco onde é questionada a forma de tributação sobre a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Esta ação encontra-se totalmente provisionada e também depositada judicialmente conforme descrito na nota 10.

Em novembro de 2009 o Banco aderiu ao programa de anistia do Governo Federal, tendo como base o efeito tributário oriundo das atualizações ao valor de mercado, sendo que os efeitos contábeis serão produzidos após o deferimento judicial.

Em junho de 2010, o pedido de renúncia foi deferido, com ressalva, pelo Desembargador Federal que decidiu que a destinação de eventuais depósitos fosse dirimida no Juízo de origem.

Em Outubro/2017, nosso recurso especial não foi conhecido pelo STJ, assim como nosso agravo interno foi desprovido pela 1ª turma do mesmo tribunal, não restando recursos cabíveis a serem interpostos na referida ação.

Em Janeiro/2018, o Ministério da Fazenda concordou com a conversão do valor remanescente do depósito judicial em renda da União e, por ora, aguardamos o trânsito em julgado do processo para assim realizarmos a baixa do mesmo nos livros contábeis.

- (b) Informamos a existência de procedimento judicial movido em face do Banco relacionada a contribuição ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referentes aos anos de 1999 a 2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 127.996, correspondente ao valor atualizado do respectivo depósito judicial constituído para essa causa em razão de determinação judicial. Informamos que a melhor estimativa da perda esperada para esse caso é o próprio valor do depósito judicial.
- (c) Consta, ainda, uma ação de natureza previdenciária (valor provisionado de R\$ 36) relativa a execução relacionada ao não recolhimento de INSS no período de abril a maio de 2008.
- (d) Observação: existia, anteriormente, um processo judicial em face do Banco visando a restituição de valores pagos a maior pela contraparte em relação a contrato de repasse de recursos externos. Em 25 de abril de 2017, o Banco efetuou o pagamento de R\$ 4.091 em relação a tal caso. Aguarda-se o decurso de tempo necessário para o trânsito em julgado do caso.
- (e) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades envolvendo a administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O banco apresentou proposta de celebração de termo de compromisso, razão pela qual provisionou o valor de R\$750. Aguarda-se manifestação de CVM.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Contingências classificadas com risco de perda possível

O Banco também possui outras demandas com avaliação de perda possível, sendo elas (i) mandado de segurança relativo à CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição, R\$ 2.455, (ii) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 12.553, (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, a qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 5.034, (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 15.634. Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 16.051, para seguimento das discussões na esfera judicial.

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco recebeu autos de infração da Receita Federal, no valor de R\$ 35.509, o qual encontra-se atualizado pelo valor de R\$ 61.690, questionando seu programa de Participação em Lucros e Resultados, nos anos de 2005 a 2007. A discussão sobre o respectivo recolhimento de tributos decorrentes de tal programa encontra-se em fase administrativa, uma vez que o Banco apresentou impugnação aos autos de infração e segue aguardando o desenvolvimento do caso junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, não tendo sido constituídas provisões.

Há, também, Execução Fiscal ajuizada pela União (Fazenda Nacional) com base na Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.132.653-7, referente à cobrança de valores relacionados a contribuição previdenciária a cargo do empregador - incluindo contribuição ao SAT e os relativos a terceiros (INCRA e salário educação) F- sobre os pagamentos efetuados a empregados a título de participação nos lucros. Há depósito efetuado nesse processo no valor de R\$ 2.808.

Entre 2011 e 2012, foram recebidos autos de infração do Ministério da Fazenda sobre o programa de Participação em Lucros e Resultados dos anos de 2005 a 2007, no valor de R\$ 3.656. O valor atualizado desses autos é de R\$5.882. Aguarda-se o desenvolvimento do caso, ainda em fase administrativa.

O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do pólo passivo de ação de indenização por danos materiais movida por um Fundo de Investimento em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa é de R\$ 20.000 (valor atualizado em dezembro de 2017 de R\$ 28.220). Após decisão inicial favorável ao Banco, agravos foram apresentados. Aguarda-se decisão dos agravos para que o processo principal volte a prosseguir.

Os processos de natureza trabalhistas e cíveis envolvendo o Banco e classificados com probabilidade de perda possível possuem valores agregados de R\$ 39.914 e R\$ 30.994, respectivamente.

A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 à 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 5.441. Ainda com relação às discussões com o mesmo órgão municipal, o Banco impetrou quatro ações anulatórias com a finalidade de desconstituir autos de infração lavrados por este Município e que atualmente somam o montante de R\$ 9.148.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação do Deutsche Bank Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados e aguardam julgamento por parte do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor atualizado dessas demandas é de R\$ 29.463.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de perda possível dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

31. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente integralizado, no montante de R\$ 996.551, está composto por 801.494.530 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Prejuízos acumulados / Reserva estatutária

O lucro acumulado refere-se ao resultado auferido no exercício. Os lucros auferidos nos últimos exercícios foram transferidos para reserva estatutária.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste a valor de mercado, registrados no patrimônio líquido, refere-se as perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos tributários, sobre os títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda.

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Movimentação</u>	<u>Efeito Tributário</u>	<u>dez/17</u>
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão				
LTN	716	(835)	376	257
Ajuste atuarial	(721)	(6.584)	-	(7.305)
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	(2.647)	-	(2.647)
Total	<u>(5)</u>	<u>(10.066)</u>	<u>376</u>	<u>(9.695)</u>

d. Juros sobre capital próprio e dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente.

Para o exercício de 2017 não foram distribuídos dividendos e JCP. No exercício de 2016 o montante de JCP foi de R\$ 130.000 com efeitos tributários de R\$ 58.500 totalizando R\$ 71.500 líquido.

e. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia II, com efeito a partir de julho de 2008. Em março de 2013, foram publicadas novas medidas relacionadas aos acordos de Basileia III, as quais passaram a vigorar em outubro do mesmo ano.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A seguir são apresentados os valores apurados de acordo com as bases do padrão contábil local:

Descrição	Consolidado societário	
	2017	2016
Risco operacional	84.478	99.549
Risco de crédito	374.071	499.618
Risco de moeda/cambial	2.970	10.653
Risco de juros	99.425	136.011
Total PLE	560.994	745.831
Patrimônio referência	1.494.276	1.460.522
Margem para limite Basileia	933.332	714.691
Percentual de utilização	37,54%	51,07%
Índice de Basileia	24,64%	19,34%
RBAN	10.115	51.383
Razão de alavancagem*	15,64%	15,11%

* A Razão de alavancagem passou a ser requerida pelo Banco Central a partir de outubro/2015.

32. Transações com partes relacionadas

a. Transações com empresas ligadas

O Banco mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017			2016	
	Semestre	Exercício		Exercício	
	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidade (DEME) (ii)	-	189.828	-	164.488	-
DB AG Frankfurt	-	128.547	-	6.248	-
DB AG Tokyo	-	5.957	-	9.807	-
DB AG New York	-	55.160	-	146.340	-
DB AG London	-	164	-	2.093	-
Aplicações em ME (ii)	-	-	-	684.320	-
DB AG New York	-	-	-	684.320	-
Valores a receber de sociedades ligadas (i)	-	-	-	-	13.418
DB Corretora de Valores SA	-	-	-	-	13.418
Serviços prestados para empresas no exterior (iii)	64.789	67.237	115.198	125.069	11.145
DB AG London	22.587	32.045	45.662	56.359	5.022
DB Securities Inc.	14.805	12.862	20.078	1.398	125
DWS Investment GmbH	2.819	5.083	7.414	3.220	287
DB Trust Co Americas	689	-	971	4.223	376
Deutsche Investment Management Americas Inc.	1.879	3.059	4.813	1.468	131
DB AG Hong Kong	-	-	1.721	5.738	511
DB AG Cayman Isl.	10.704	3.335	10.820	-	-
DB AG New York	11.306	10.853	23.719	51.811	4.617
DB AG Frankfurt	-	-	-	852	76
Aluguéis (ii)	-	-	-	-	114
DB Corretora de Valores SA	-	-	-	-	114
Depósito à vista (ii)	-	30.489	-	(206)	-
Dbusbz2, Llc	-	365	-	-	-
DB Securities Inc.	-	26.881	-	-	-
DB AG London	-	3.192	-	-	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD.	-	51	-	-	-
Global Markets FIM Crédito Privado de Inv no Exterior	-	-	-	(169)	-
Global Markets III FIM Crédito Privado e Inv no Exterior	-	-	-	(34)	-
FIC FIDC Não Padronizados	-	-	-	(3)	-
Depósito a prazo (ii)	(20.422)	(559.986)	(41.701)	(369.917)	(3.682)
Global Markets FIM Crédito Privado de Inv no Exterior	(15.402)	(406.018)	(34.860)	(369.917)	(3.682)
Dbusbz2, Llc	(5.020)	(153.968)	(6.841)	-	-
Captações no mercado aberto (ii)	-	-	-	(213.644)	14.775
DB Corretora de Valores SA	-	-	-	(213.644)	14.775
Obrigações por empréstimo e repasses (ii)	(6.557)	(1.849.410)	(15.053)	(1.689.908)	(29.049)
DB AG Cayman Isl.	-	-	-	-	(442)
DB AG Frankfurt	(273)	(87.184)	(7)	(83.566)	(297)
DB AG New York	(6.284)	(1.762.226)	(15.046)	(1.606.342)	(28.310)
Instrumentos Financeiros Derivativos (iv)	-	-	-	586.682	302.744
Global Markets FI Multimercado	-	-	-	586.682	302.744
Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (ii)	(32.135)	(10.577)	149.384	(132.079)	(55.119)
DB AG London	(32.135)	(10.577)	149.384	(132.079)	(55.119)
Despesas a pagar para empresas no exterior (iii)	(1.483)	(7.039)	(2.624)	(4.161)	(1.394)
DB AG Frankfurt	(1.240)	(7.039)	(2.226)	(4.114)	(1.207)
DBOI Global Services Private Limited	(243)	-	(398)	(47)	(187)

(i) Representa o valor a receber do contrato de prestação de serviços firmado com a empresa controlada, em virtude da utilização da estrutura do Banco, para suporte nas áreas administrativa, operacional, marketing, tributária e financeira.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

- (ii) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.
- (iii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.
- (iv) Operações realizadas com coligadas no país. Os valores referenciais (notional) dos instrumentos financeiros derivativos totalizaram R\$ 4.915.905 em 2016, com fundo de investimento controlado pela coligada Dbusbz2. O objetivo dessas operações é a de proteger a exposição a riscos assumidos com clientes. Os resultados auferidos nos instrumentos financeiros derivativos com empresas ligadas são registrados em conjunto com os resultados auferidos nas operações com terceiros.

b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

b - 1 - Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b - 2 - Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b - 3 - Benefícios de curto prazo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração fixa	9.963	12.984
Remuneração variável (curto prazo)	2.609	378
Encargos trabalhistas	4.363	4.837

b - 4- Benefícios de longo prazo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração variável (longo prazo)	2.530	5.907
Encargos trabalhistas	878	2.138

B - 5 - Outras informações conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal chave da administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

33. Benefícios a empregado

O CPC33 - benefícios a empregados foi homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, e tem aplicação a partir de 1º de janeiro de 2016.

O Banco constituiu provisões sobre benefícios pós-emprego caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do DB, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi de R\$ 15.025 (2016 - R\$ 19.985).

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

- Fundo Garantidor por Tempo de Serviço (“FGTS”): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada aos funcionários demitidos ou aposentados. A provisão constituída sobre essa modalidade foi de R\$ 3.423 (2016 -R\$ 8.908).
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco não apresentou déficit e nem superávit.

34. Gerenciamento de riscos financeiros

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (DBSA), doravante denominados nesta nota como Banco, vem preparando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Operacional, Reputacional e Socioambiental.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios da Instituição. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos e indicadores de performance, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital de acordo com a Resolução CMN nº 3.380 publicada em junho de 2006.

b. Risco de mercado

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.464 de junho de 2007, o Banco instituiu uma política de gerenciamento de riscos de mercado. A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco.

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Gerenciamento de Risco de Mercado

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado do Banco no Brasil está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado para o Brasil. A estrutura de gestão compreende papéis e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infra-estrutura.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado são:

- *Value-at-Risk (VaR)*: é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. A metodologia utilizada baseia-se em uma simulação de Monte Carlo com 10,000 cenários, intervalo de confiança de 99% e 1 dia de holding period (*Stress Testing*): medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de *Market Risk Management*.
- Sensibilidades: são divididas em categorias tais como Taxas de Juros, Câmbio, Ações e Commodities.

Análise de Sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras foram segregadas entre negociação e não negociação. Essa segregação visa confirmar que a carteira de não segregação apresenta as mesmas condições de captação e repasse, de forma que não geram impacto em caso de condições extremas nas taxas de mercado, inclusive como pode ser observado pelos volumes apresentados abaixo na coluna de não negociação, tanto para ativo quanto para passivo.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017		2016	
	Negociação	Não Negociação	Negociação	Não Negociação
ATIVO				
Caixa e equivalente de caixa	4.320.954	-	1.957.075	-
ATIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	978.179	-	2.115.448	-
Instrumentos de dívida (nota 18)	772.998	-	1.401.090	-
Instrumento de patrimônio (nota 18)	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 18)	205.181	-	714.358	-
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	-	1.302.127	-	1.660.551
Créditos a clientes (nota 19)	-	1.302.127	-	1.660.551
Outros ativos - Câmbio	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	5.299.133	1.302.127	4.072.523	1.660.551
PASSIVOS FINANCEIROS	119.974	3.177.138	547.170	2.105.926
Depósitos de clientes (nota 25)	-	2.971.061	-	1.728.837
Depósitos e empréstimos de instituições financeiras (nota 24)	-	206.077	-	377.089
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	119.974	-	547.170	-
Outros passivos - Câmbio (nota 29)	213.232	-	345.051	-
TOTAL PASSIVO	333.206	3.177.138	892.221	2.105.926

Risco de câmbio

Para fins de gerenciamento da sensibilidade de câmbio, o Banco utiliza o valor da exposição cambial como referência. Abaixo a composição dessa sensibilidade:

	2017	2016
Demais produtos	17.136	80.559

Risco de juros

A seguir é apresentado o resultado do teste de sensibilidade de juros para os principais produtos que da carteira de negociação.

Para fins de apuração do efeito gerado pelo teste de sensibilidade de juros, foi utilizado o choque de +1bp (*basis point*) na taxa de juros, em linha com a metodologia global utilizada pelo Banco para esse tipo de produto.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Análise de Sensibilidade - taxa de juros

2017					
Moeda	BRL	USD	JPY	EUR	GBP
Bonds/Cash	(35.288)	-	-	-	-
Forwards	(8)	15.072	4	(17.178)	1.359
Futuros	158.761	(503.585)	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-
Swaps	(123.285)	478.589	-	17.345	(279)
Totais	180	(9.924)	4	167	1.080

2016					
Moeda	BRL	Inflação	USD	JPY	EUR
Bonds/Cash	(20.924)	-	-	-	-
Forwards	(1)	-	56.682	(26.429)	(29.147)
Futuros	105.791	-	(558.777)	-	-
Opções	-	-	-	-	-
Swaps	(100.403)	-	480.019	26.664	28.906
Totais	(15.537)	-	(22.076)	235	(241)

c. Risco de crédito

Em abril de 2009 foi publicada a Resolução CMN nº 3.721 para Gerenciamento de Risco de Crédito. O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente de crédito. Os limites de crédito são revisados regularmente. A mensuração e o acompanhamento da exposição ao risco de crédito, abrange todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- Qualquer alteração material do limite de crédito deve ser aprovada segundo a alçada necessária (incluindo prazo, tipo de garantia, *covenants*);
- O Banco determina alçadas de crédito para indivíduos segundo suas qualificações, experiência e treinamento;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito - Resolução CMN nº 3.721, aprovada pelo Comitê Executivo. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada no *website* do Banco. A mesma também está publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito.

As atividades ligadas ao Gerenciamento de Risco de Crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management ou Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais unidades de negociação do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM é a unidade do Banco responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito da Instituição;
- Identificar e acompanhar o risco de crédito das empresas não-financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro;
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados na gestão do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco possui profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e intermediação de títulos, valores mobiliários e derivativos e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo mesmo.

Da mesma forma, o Banco possui um Diretor responsável pela área de CRM, podendo o mesmo desempenhar outras funções na Instituição, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e realização de operações sujeitas ao risco de crédito.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento do risco de crédito é realizado pela área de CRM que é responsável pelo monitoramento diário das informações disponibilizadas no sistema de controle de limites de crédito, com a finalidade de assegurar sua integridade e exatidão.

O Banco segue as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999 que prevê que a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico - cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido ajustado do Banco - nos níveis de risco de que trata o artigo 1º da referida resolução, seja revisada no mínimo a cada seis meses.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e acompanhados trimestralmente.

Classificação do Risco de Crédito

A ferramenta utilizada na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* desenvolvido pelo Banco, sendo que o Comitê de Risco do Banco é o componente organizacional responsável pelo desenvolvimento, validação e manutenção dos modelos adotados.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

O sistema de *rating* do Banco, adotado pelo Banco, tem vinte e uma escalas que vão de iAAA a iD, sendo o primeiro o melhor *rating* e o último, o pior.

Segue abaixo uma correlação entre a classificação de risco do Banco e as classificações do BACEN - aprovada pela área de CRM.

Deutsche Bank	Bacen
De iAAA a iBBB-	AA
iBB+	A
De iBB a iBB-	B
De iB+ a iB-	C
De iCCC+ a iCCC	D
iCCC-	E
iCC+	E / F / G
iD	H

Comunicação Interna do Risco de Crédito

Para garantir visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gestão de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios (*Front Office*) e da área Operacional (*Back Office*). Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o do Banco e o cliente;
- Classificações de *Rating* por contraparte e gravidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as linhas de negócios;
- Informações precisas sobre os limites de crédito, conforme aprovado durante o processo de aprovação de crédito;
- Dados precisos de exposição de acordo com as metodologias de crédito aprovadas;
- Parâmetros da indústria, país e outros para facilitar a gestão do portfólio e revisões da indústria.

Em complemento, mensalmente a área de CRM encaminha para apreciação do Comitê de Capital e Riscos relatórios de acompanhamento de toda a carteira de crédito do Banco, permitindo assim serem verificados pontos de atenção, concentração e também a evolução tanto de forma qualitativa quanto quantitativa.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Detalhamento do Risco de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir durante os períodos determinados. Eles relacionam produtos, condições de exposição entre outros fatores. Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas. A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar ou estender os limites de crédito existentes. Autoridade de crédito é geralmente atribuída a indivíduos enquanto autoridade de crédito de acordo com a qualificação profissional do indivíduo e experiência. Sempre que a autoridade do indivíduo for insuficiente para estabelecer os limites de crédito necessários, a operação será aprovada por um detentor de autoridade de crédito maior. Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos à aprovação do Comitê Executivo com periodicidade mínima anual.

Devido à concentração de quase 90% (noventa por cento) da carteira do Banco em operações de tesouraria, as quais são voltadas para o mercado financeiro, apenas a carteira de crédito apresenta diversificação por setor.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos *ratings* internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de *ratings* do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Esse critério de provisionamento visa proteger o Banco contra os impactos das perdas decorrentes de operações de crédito.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém total controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes desta Instituição.

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.233/04

O Banco possui acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco, decorrente de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco junto com a contraparte.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- I. Transferência de risco a uma terceira parte;
- II. Garantias ou colaterais;
- III. *Netting* ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, *hedge* simples ou de um portfólio, securitização ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, que dependem do seu risco tipo, associado e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não compensam os padrões de subscrição de alta qualidade.

O Banco utiliza amplas ferramentas quantitativas e métricas para monitorar as atividades de mitigação de risco de crédito. São estabelecidos limites para os produtos incluindo garantias e derivativos.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da instituição não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez é executado pela área de Treasury, que é uma unidade segregada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. Treasury é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CRC e BoD.
Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

- Reserva Mínima de Liquidez; e
- Aprovação de Novos Produtos.

Plano de Contingência de Liquidez

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez da instituição, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez.

Com o objetivo de demonstrar a liquidez do Banco, a seguir é apresentado o quadro resumo, com os ativos e passivos financeiros por vencimento para a data base 31 de dezembro de 2017:

	2017					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	4.320.954	-	-	-	-	4.320.954
Instrumentos de dívida	-	18.655	724.021	-	30.322	772.998
Swaps	-	2.495	63.053	18.174	111.180	194.902
Operações a termo	-	7.194.00	2500	585	-	10.279
Créditos a clientes	-	569.266	9.917	731.368	-	1.310.551
Total	4.320.954	597.610	799.491	750.127	141.502	6.609.684

	2017					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Passivos financeiros						
Arbitragens	-	(5.556)	(5.881)	-	-	(11.437)
Swaps	-	-	3.162	-	99.358	102.520
Operações a termo	-	19.498	9.101	292	-	28.891
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.932.146	-	-	1.932.146
Depósitos de clientes	-	805.019	1.164.905	996.487	4.650	2.971.061
Depósitos de instituições financeiras	97.188	-	-	108.889	-	206.077
Total	97.188	818.961	3.103.433	1.105.668	104.008	5.229.258

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2016					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.957.075	-	-	-	-	1.957.075
Instrumentos de dívida	-	685.824	146.917	566.719	1.630	1.401.090
Swaps	-	11.206	4.180	406.266	164.696	586.348
Operações a termo	-	68.813	59.197	-	-	128.010
Créditos a clientes	565	1.028.533	579.215	56.907	-	1.665.130
Total	<u>1.957.640</u>	<u>1.794.376</u>	<u>789.419</u>	<u>1.029.892</u>	<u>166.326</u>	<u>5.737.653</u>

	2016					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Passivos financeiros						
Arbitragens	-	127.346	13.206	6.953	-	103.583
Swaps	-	39.566	185.465	12.359	532.010	1.426.835
Operações a termo	-	22.241	40.411	5.411	-	160.151
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.653.100	779.423	3.663	2.570.367
Depósitos de clientes		995.932	557.916			
Depósitos de instituições financeiras	219.314	-	-	38.740	-	204.211
Total	<u>219.314</u>	<u>1.185.085</u>	<u>2.450.098</u>	<u>1.465.855</u>	<u>535.673</u>	<u>4.921.050</u>

e. Estrutura de gerenciamento de capital

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional.

Responsabilidade

A área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital da instituição.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

f. Mitigação de riscos

Visando mitigar os riscos acima, particularmente o risco de crédito, o Banco realizou operações classificadas como ativas vinculadas e ainda possui operações amparadas em acordo de compensação e liquidação de operação, conforme discriminado abaixo

- Operações ativas vinculadas

O Banco possui operação enquadrada como operação ativa vinculada no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possui essa modalidade de acordo. O montante total dos créditos cobertos por essa modalidade, em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 612.550 (2016 - R\$ 831.771), com vencimento até abril de 2022.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita	82.052	144.429
Despesa	<u>(82.052)</u>	<u>(144.429)</u>
Resultado líquido	<u> -</u>	<u> -</u>

- Acordo de compensação e liquidação de obrigações

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possui essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo - Exposição	236.637	521.091
Passivo - Garantidor	<u>(117.976)</u>	<u>(290.208)</u>
Exposição residual	<u>118.661</u>	<u>230.883</u>